

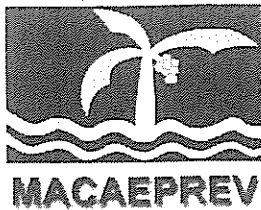
Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

ATA nº 027/2016 de 12/12/2016 – Ata de Reunião do Conselho Previdenciário do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, na Rua Visconde de Quissamã, setecentos e oitenta e sete, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, do dia doze de dezembro de dois mil e dezesseis, estando presentes os membros **Júlio César Marques de Carvalho, Rui de Vasconcellos, Junir de Miranda Gomes, Livia Mussi de Oliveira Sant'Ana, Flávio Mancebo de Azevedo, Surama Roberto Soutinho de Oliveira, Alexander Ferreira Gonçalves, Juciara da Silva Sobrinho de Oliveira e Rodolfo Tanus Madeira**, para em conjunto analisarem e deliberarem sobre os temas apresentados. Aberta a reunião, foi dada continuidade à análise da minuta da política de investimentos. Ficou registrado que do item 9 “Gerenciamento de riscos”, subitem 9.10 deverá haver a possibilidade de ser exigida a classificação mencionada por mais de uma agência de risco, o administrador do fundo irá verificar a possibilidade de se fazer essa exigência, sem inviabilizar possíveis investimentos. O item 12 que teve como base o dia 25 de novembro, será atualizado com os índices de 09 de dezembro. No item 13 deverá haver alteração para que a taxa bruta seja alterada para 6,30% no mínimo, desde que seja respeitada a taxa líquida de no mínimo 6% a.a. No subitem 14.1.1 a duração casada deverá ser com o cálculo atuarial. No item 15.3 que trata de imóveis será citada a legislação a que o item se refere, qual seja, a resolução 3922/2010, artigo 9º. O subitem 16.2.5 deverá ser excluído por inviabilidade de aplicação. Dando continuidade a análise, foi esclarecido que com relação ao item 5.3, existem produtos que possuem taxa de performance, por isso o item deve ser mantido como está, ainda que se opte por não se fazer investimentos desse tipo. Com relação ao item 5.6 fica aprovada a propositura deliberada em reunião anterior pelo Conselho. Com relação ao item 6.4 fica mantido o texto “não podem exceder 25% do PL de cada fundo”, exceto nos casos de valorização de ativos financeiros e mesmo assim por prazo máximo de 180 dias (acrescentado). No item 7.2 fica mantido o acréscimo de reunião anterior. No 7.2.1 fica também mantido o acréscimo. No 7.2.5 fica também mantida a alteração. O item 7.8 foi explicado que se trata de vedação prevista na resolução 3922/2010 e o texto aprovado passa a ser o seguinte: Estão vedados os investimentos em cotas de Fundos de Investimento.... (segue o texto original do 7.8). Foi esclarecido que no item 7.9, a porcentagem de 49,9 está prevista em legislação, que vai ser esclarecida pelo administrador de qual se trata. A reunião foi encerrada às 18 horas e 10 minutos, tendo a ata sido lida e assinada por todos os membros presentes, ficando a próxima reunião designada para o dia 12 desse mês.

Membros:


Júlio César Marques de Carvalho


Juciara da Silva Sobrinho de Oliveira



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário


Alexander Ferreira Gonçalves


Livia Mussi de Oliveira Sant'Ana

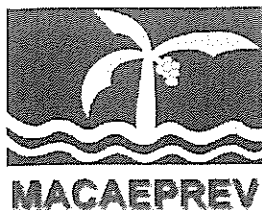

Junir de Miranda Gomes


Surama Roberto Soutinho de Oliveira


Rui de Vasconcellos


Flávio Mancebo de Azevedo


Rodolfo Tanus Madeira



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

ATA nº 028/2016 de 13/12/2016 – Ata de Reunião do Conselho Previdenciário do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, na Rua Visconde de Quissamã, setecentos e oitenta e sete, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, do dia treze de dezembro de dois mil e dezesseis, estando presentes os membros **Júlio César Marques de Carvalho, Rui de Vasconcellos, Junir de Miranda Gomes, Livia Mussi de Oliveira Sant'Ana, Flávio Mancebo de Azevedo, Surama Roberto Soutinho de Oliveira, Alexander Ferreira Gonçalves, Juciara da Silva Sobrinho de Oliveira e Rodolfo Tanus Madeira**, para em conjunto analisarem e deliberarem sobre os temas apresentados. Aberta a reunião, foi dada continuidade à análise da política de investimentos. Foi requerido pelo Comitê de Investimentos que se fizesse constar no item I da política de investimentos a transcrição do artigo 2º da LCM 246/2015. No item 5.3 constará a seguinte redação “Desde que o resultado da aplicação (rendimentos) supere o valor contratado, a performance será devida somente sobre o valor que exceder o rendimento contratado”. Com relação ao item 7.9, foi explanado pelo administrador do fundo que deverá constar o limite de 50%, ao invés de 49,9%, visto se tratar de crédito privado, sendo que, deverá constar essa denominação, ao ser mencionado o tipo de fundo de investimento. Com relação a terminologia “cota de abertura”, o administrador do fundo esclarece que fica ratificado o termo utilizado, por ser permitido o seu uso para fundos de curto prazo, tanto referenciado como renda fixa. Foi acrescentado pelo Presidente do Conselho que “cota de abertura”, é a primeira do dia e “cota de fechamento”, a última. Sugere, em seguida, que conste do item 7.13.2, ao invés de obrigatório conste também permitido. Ficou decidido, além, que seja criado um item dizendo que o regulamento especificará a utilização da cota, se de abertura ou fechamento, bem como, as condições para o resgate, se D 0, D1, D2 e assim, conseqüentemente. Com relação ao item 9.10, fica aprovada a exigência de classificação dos ativos por pelo menos três agências classificadoras de risco. Por fim, foi lida a versão final, já atualizada, que foi aprovada por todos os presentes e passa a fazer parte da presente reunião. A reunião foi encerrada às 17 horas e 40 minutos, tendo a ata sido lida e assinada por todos os membros presentes, ficando a próxima reunião designada para o dia 20 desse mês.

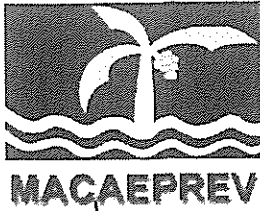
Membros:


Júlio César Marques de Carvalho


Alexander Ferreira Gonçalves

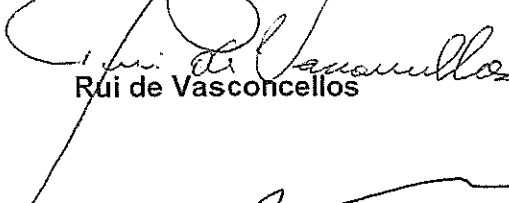

Juciara da Silva Sobrinho de Oliveira


Livia Mussi de Oliveira Sant'Ana

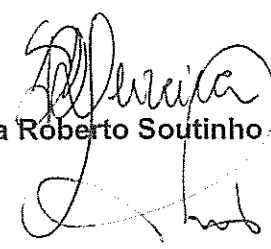


Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário


Junir de Miranda Gomes

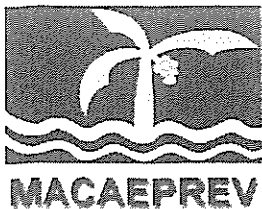

Rui de Vasconcelos


Rodolfo Tanus Madeira


Surama Roberto Soutinho de Oliveira

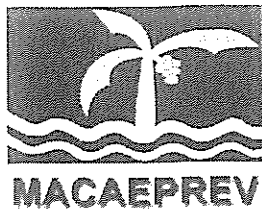

Flávio Mancebo de Azevedo





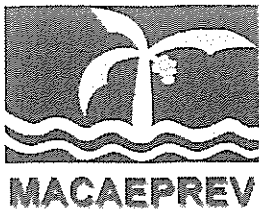
Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

ATA nº 029/2016 de 20/12/2016 – Ata de Reunião do Conselho Previdenciário do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, na Rua Visconde de Quissamã, setecentos e oitenta e sete, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, do dia vinte de dezembro de dois mil e dezesseis, estando presentes os membros **Júlio César Marques de Carvalho, Rui de Vasconcellos, Junir de Miranda Gomes, Livia Mussi de Oliveira Sant'Ana, Flávio Mancebo de Azevedo, Surama Roberto Soutinho de Oliveira, Alexander Ferreira Gonçalves, Juciara da Silva Sobrinho de Oliveira e Rodolfo Tanus Madeira**, para em conjunto analisarem e deliberarem sobre os temas apresentados. Aberta a reunião, o administrador do Fundo e membro do Comitê de Investimentos, Sr. Augusto, apresentou o cenário econômico. A Carteira do Macaeprev apresentou no mês de novembro/16, uma queda em relação a outubro, pois a média ponderada do mês, ficou em + 0,30% e conseqüentemente abaixo da meta atuarial de novembro, que ficou em +0,67%. Em relação ao desempenho da carteira no acumulado do ano (janeiro a novembro), apresentou também uma piora em sua média ponderada, mas mesmo assim, ultrapassa a meta atuarial no acumulado do ano, já que a média ponderada da carteira do Instituto ficou em 15,13%, enquanto a meta atuarial acumulada ficou em +11,80%. Com isso, a carteira do Instituto supera em +28,23%, a meta atuarial, para o exercício de 2016 até esse período. Diante desses números, é bem provável, que o Macaeprev supere a meta atuarial ao final do exercício de 2016, diminuindo com isso, o déficit atuarial, bem como o passivo atuarial. A melhor aplicação no ano de 2016, continua sendo o fundo de renda variável Itaú FOF RPI Ações Ibovespa Ativo FI, com rentabilidade acumulada no ano de +30,97%. Em seguida vem o fundo de renda fixa BB PREVID. RF IRFM TP, cujo benchmark é o IRFM, com +21,02%. No mês, a melhor rentabilidade, da carteira foi o fundo de renda fixa BB PREVID. RF PERFIL, atrelado ao DI, com +1,05%. Em segundo lugar ficou o fundo CAIXA IRF-M1 TP, atrelado ao IRF-M1, com +1,03%. Isso mostra que em novembro os fundos de renda fixa mais conservadores da carteira, que servem para preservar o capital e fazer caixa, como DI e IRF-M1, foram os que tiveram a melhor rentabilidade, mostrando que quem encurtou a carteira teve melhores retornos. A pior rentabilidade do mês, foi o ITAÚ RPI AÇÕES IBOV. ATIVO FI, fundo de renda variável, que teve uma rentabilidade negativa de 6,07%. Fator determinante foi o clima de instabilidade institucional que ainda perdura no Brasil e o conflito entre o executivo e o judiciário, piorando o índice de confiança. E a segunda pior rentabilidade do mês foi o fundo Itaú Institucional RF Inflação FIC FI, atrelado ao IMA-B, com rentabilidade negativa de 1,27%. Com relação aos fundos de renda fixa, sem carência da carteira, cujos benchmarks, são IMA-B5 e IDKA 2A, ficaram novamente abaixo da meta atuarial de novembro, com as rentabilidades médias respectivas de: +0,38% e +0,57%. Em relação aos fundos de renda fixa, sem carência, mais arriscado da carteira, atrelados ao IMA-B, também ficou bem abaixo da meta atuarial de novembro, com rentabilidade média respectiva de -1,23%, mas como a carteira esta bem equilibrada e



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

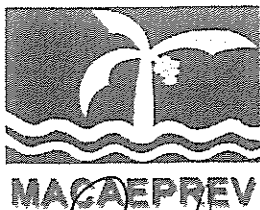
diversificada, a carteira mesmo assim, fechou positiva no mês em +0,30%. Em relação aos fundos de renda fixa com carência, da CEF, cuja carteira é composta por NTN-B, eles apresentaram rentabilidades em novembro, conforme descrição que segue: Marcação na curva com vencimentos em 2018, 2020 e 2022, apresentaram rentabilidades respectivas de: +0,75%, +0,75% e +0,74%, superando a meta atuarial de novembro; Marcação à mercado como os fundos 2018 II, 2020 IV e 2024 IV, apresentaram rentabilidades respectivas de: +0,62%, +0,10% e -0,24%. Com isso, nenhum desses fundos atingiu a meta atuarial de novembro. Já os fundos de renda fixa, com carência, do Banco do Brasil, como os fundos BB PREVID. RF VIII TP, formado por LTN e BB PREVID. RF TP XII FI, composto por NTN-B, atingiram e/ou superaram a meta atuarial e tiveram as rentabilidades respectivas de: +1,02% e +0,67%. Em relação ao FIDC MULTISSETORIAL ITÁLIA, mostrou boa recuperação no mês de novembro, apresentando rentabilidade positiva de +0,90%, superando a meta atuarial de novembro. Em relação a esse fundo já foram resgatados até o final de novembro, R\$ 5.971.651,94 (cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos), correspondendo a 59,72%. O rendimento acumulado é negativo em R\$ 3.256.974,78 (três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos). O saldo em poder do Instituto é R\$ 883.500,50 (oitocentos e oitenta e três mil, quinhentos reais e cinquenta centavos). O PL do fundo em 30/11/2016 é R\$ 24.242.198,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e noventa e oito reais). Em relação ao resultado dos rendimentos no mês de novembro, o saldo mais uma vez foi positivo, porém menor que outubro, ficando em R\$ 7.121.345,63 (sete milhões, cento e vinte e um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), sem o pagamento do cupom de juros. Em relação a classificação, referente a rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses (dez/15 a nov/16), por benchmark, dos fundos de renda fixa e variável da carteira do Macaeprev, sem carência ficou da seguinte forma: 1º IBOVESPA ATIVO com + 28,70%; 2º IMA-B com + 22,5; 3º IRF-M com + 21,58%; 4º IMA GERAL com + 20,23%; 5º IMA-B5 com + 16,02%; 6º IDKA2A com + 15,78%; 7º IRFM-1 com + 14,51%; 8º DI com + 13,93%. Em relação à composição da carteira por classificação de risco, ficou assim no mês de novembro/16: Baixo Risco 66,38%, Médio Risco 22,45% e 11,17% de alto risco. Existe em 30/11/2016, cerca de R\$ 203.221.998,66 (duzentos e três milhões, duzentos e vinte e um mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos), aplicados em fundos, que tem como benchmark, o IMA-B, representando 10,38% da carteira. Com relação à alocação de recursos por Instituições Financeiras em novembro/16, a carteira do Macaeprev ficou composta da seguinte maneira: Caixa Econômica Federal, com R\$ 1.233.636.301,97(63,00%), Banco do Brasil, com R\$ 495.945.022,10 (25,33%), Itaú, com R\$ 127.010.760,34 (6,49%), Bradesco com R\$ 100.711.534,90 (5,14%) e BRL TRUST DTVM, com R\$ 883.500,50 (0,05%). Com isso os recursos alocados em Bancos Oficiais Públicos são de R\$



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

1.729.581.324,07 (88,33%) e Instituições Privadas de R\$ 228.605.795,74 (11,67%). Com relação à alocação de recursos por índices de referência: Marcação na curva e a mercado com carência, com vértice do BB e CEF: 67,02%, sem carência: IRFM1: 0,57%, IMA-B: 10,38%, IRF-M: 5,77%, IMA GERAL: 5,14%, DI: 0,36%, IMA-B5: 4,86%, IDKA2A: 5,11%, IBOVESPA ATIVO 0,74% e com carência sem vértice: FIDC FECHADO 0,05%. O total das despesas previdenciárias, em novembro ficou em R\$ 4.041.265,32. A despesa com o auxílio doença em novembro foi de R\$ 1.167.339,58, representando com isso 28,89% das despesas previdenciárias. O Patrimônio Líquido do Macaeprev em 30/11/16, apresentou mais uma vez, crescimento, fechando o mês em R\$ 1.958.187.119,01 (um bilhão, novecentos e cinquenta e oito milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e dezenove reais e um centavo), mas com pouca probabilidade, de atingir R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) ao final do exercício de 2016. Questionado pelo Presidente do Conselho, foi esclarecido que com relação ao cenário econômico, segundo os economistas informam, foi dito pelo Mailson da Nóbrega, que vai ser difícil se sair dessa recessão, visto que essa é a pior em 100 anos, esclarece, ainda, que o governo de Trump vai ser decisivo para a economia brasileira reverter o processo de recessão no primeiro trimestre de 2017. A lava jato e a delação da Odebrecht podem gerar problemas sérios no núcleo do governo. Informa que o economista chefe da Gradual investimentos, avalia que a economia ficará praticamente estabilizada em 2017, devendo só se estabilizar em 2018 em razão da fraca demanda, sendo que o principal mecanismo de estímulo para crescimento deveria ser um corte maior na taxa de juros. Questionado pelo membro Junir sobre as perspectivas para 2017, foi dito que segundo o relatório FOCUS de 16/12/2016, verifica-se uma piora na projeção do PIB para 2017, sendo essa a terceira queda seguida e com desse agregado macroeconômico significando que o país ainda se encontrará em forte recessão econômica para o próximo ano. Com relação a taxa SELIC, haverá um pequeno corte na taxa de juros, com previsão de fechamento de + 10,50%, significando a continuação de uma política econômica restritiva e contracionista, com pouco consumo das famílias, com isso a resta pessoal disponível continuará em baixa. Questionado pelo Presidente do Instituto sobre como a nossa carteira enfrentará esses tempos de crises, levando-se em conta a sua composição atual, foi dito que a seu ver deve se continuar com a política de encurtamento da carteira (aplicando em fundos que tem como benchmark IRFM 1, DI, IDK2A e IMAB5), visando proteção do capital e caso apareça possibilidade de aplicação em fundo pautados em LTNB, com marcação a mercado e pagamento de juros semestrais de 6.30% bruto a.a., no mínimo, deve-se aplicar o recurso conforme as obrigações e os limites previstos na política de investimentos. A reunião foi encerrada às 18 horas, tendo a ata sido lida e assinada por todos os membros presentes.

Membros:



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário


Júlio César Marques de Carvalho


Alexander Ferreira Gonçalves


Junir de Miranda Gomes


Rui de Vasconcellos


Rodolfo Tanus Madeira


Juciara da Silva Sobrinho de Oliveira


Livia Mussi de Oliveira Sant'Ana


Surama Roberto Soutinho de Oliveira


Flávio Mancebo de Azevedo